

Energisa Transmissão de Energia S/A | Resultados do 1º trimestre de 2021

Cataguases, 13 de maio de 2021 - A Administração da Energisa Transmissão de Energia S/A (“Energisa Transmissão”, “ETE” ou “Companhia”) apresenta os resultados do primeiro trimestre de 2021 (1T21). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

1. Considerações gerais

A Energisa Transmissão de Energia S/A foi constituída, em 9 de maio de 2017, para atuar na área de serviços públicos de transmissão de energia elétrica do Grupo Energisa. Inicialmente, constituída sob a denominação social de Energisa Goiás Transmissora de Energia S/A, teve a sua denominação social alterada para Energisa Empreendimentos de Energia II S/A em 31 de julho de 2017 e em 18 de julho de 2018 passou a ser denominada Energisa Transmissão de Energia S/A.

Em 16 de novembro de 2018, a ETE realizou aumento do seu capital social no montante de R\$ 32,0 milhões, mediante capitalização pela controladora Energisa S/A de:

- (i) 6.627.693 ações ordinárias (99,99% do capital social) da Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;
- (ii) 9.305.153 ações ordinárias (99,99% do capital social) da Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A; e
- (iii) 999 ações ordinárias (99,99% do capital social) da Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A.

As referidas participações são decorrentes das aquisições pela Energisa S/A de dois lotes no Leilão de Transmissão nº 5/2016, realizadas em 24/04/2017, um lote no Leilão de Transmissão nº 002/2018, adquirido em 28/06/2018 e um lote no Leilão de Transmissão nº 004/2018, adquirido em 20/12/2018. Esses projetos representam 1.343 km de extensão de linhas de transmissão, capacidade de transformação de 4.294 MVA e Receita Anual Permitida (RAP) da ordem de R\$ 184,3 milhões.

O lote nº 004/2018 foi adquirido em dezembro de 2018 em função das sinergias a serem exploradas com a área de concessão da Energisa Tocantins, onde está parcialmente localizado. Assim como nos demais projetos, o fornecedor de EPC foi contratado na modalidade “full turnkey”, e a engenharia do proprietário, operação e manutenção estão sob a responsabilidade da Energisa Soluções, subsidiária da controladora Energisa S/A.

No ano de 2020, apesar das dificuldades oriundas da pandemia, conseguimos entregar 2 projetos, Goiás I (13/03/2020) e Pará I (12/11/2020), com antecipações de prazo de 17 e 16 meses, respectivamente. Os investimentos nesses dois lotes representaram R\$594,6 milhões, dos quais R\$ 111,8 milhões foram em 2020. Esses projetos representam uma Receita Anual Permitida (“RAP”) de R\$ 95,6 milhões.

Em 19/10/2020 duas linhas da Energisa Tocantins Transmissora (ETT) obtiveram suas licenças de instalação, e suas obras foram iniciadas, com investimentos realizados de R\$ 33,3 milhões no exercício de 2020. O investimento total estimado da ETT é de R\$ 627,4 milhões e RAP de R\$ 66,3 milhões. Em 15/12/2020 a terceira linha no trecho entre Dianópolis (TO) e Barreiras (BA) recebeu a licença de instalação do IBAMA concluindo o licenciamento ambiental do projeto.

Adicionalmente, a Companhia sagrou-se vencedora do lote 11 no leilão de transmissão de dezembro de 2020. Esse projeto, denominado Energisa Amazonas (EAM), compreende a aquisição de ativos existentes e a construção, revitalização e modernização de subestações e linhas de transmissão. A finalidade desse empreendimento é atender à região metropolitana de Manaus e Presidente Figueiredo. O investimento estimado pela Aneel para o projeto é de R\$ 882 milhões, dos quais, R\$ 257,0 milhões representam a aquisição de ativos existentes, e o restante para as revitalizações e construções. Sua RAP total é de R\$ 63,0 milhões.

Os cinco lotes somados possuem uma Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 258,2 milhões e investimento total estimado de R\$ 2.539,4 milhões.

Em 16 de fevereiro de 2021, a Energisa Pará II (EPA II) concluiu um trecho de 72,3 km em 230 kV energizado do total de 139 km. Os investimentos dessa etapa totalizaram R\$ 80,0 milhões, 20% do investimento total estimado, e sua RAP é de R\$ 3,1 milhões, 8,6% da receita total do empreendimento. Esta operação foi antecipada em 25 meses, frente a data prevista de entrada em operação regulatória. O restante das obras deste lote tem previsão de antecipar a data limite de conclusão de março de 2023.

Segue abaixo quadro resumo dos projetos de transmissão:

Lote	Nome	Data do Leilão	UF	Extensão (Km)	Emissão de Licença Ambiental	Entrada em Operação (Aneel)	Avanço Físico	Antecipação Estimada	Investimentos estimados pela Energisa (R\$ milhões)	RAP proposta Ciclo 20-21 (R\$ milhões)
3	Energisa Goiás Transmissora I (EGO I)	Abr/17	GO	136 (CD)	13/09/2018	mar/20	100%	17 meses	254,4	41,1
26	Energisa Pará Transmissora I (EPA I)	Abr/17	PA	296 (CD)	02/10/2018	nov/20	100%	16 meses	318,4	51,9
19	Energisa Pará Transmissora II (EPA II)	Jun/18	PA	139 (CD/CS)	06/05/2019	mar/23	78%	12 meses	404,8	36,1
4	Energisa Tocantins Transmissora (ETT)	Dez/18	BA/TO	772 (CS)	19/10/2020 15/12/2020	mar/24	12%	14 meses	661,4	66,1
11	Energisa Amazonas Transmissora (EAM)	Dez/20	AM	418 (CD / CS)	-	Mar/26	-	12/18 meses	900,3	63,0
Total		-	-	1.761	-	-	-	-	2.539,4	258,2

Notas: Dados de investimento e receita anual permitida (RAP) atualizados para março/2021. Dados de avanço físico atualizados para abril/2021. CD - Circuito duplo / CS - Circuito Simples. Os dados da EGO I e da EPA I são realizados e não previstos. As antecipações de EPA II e ETT podem sofrer alterações dependendo da duração dos efeitos da pandemia de Covid-19. O investimento total da Energisa Amazonas Transmissora não considera otimizações e tem como base os valores estimados pela Aneel para o leilão de dezembro de 2020.

No 1T21, as transmissoras da ETE concretizaram investimentos consolidados que totalizaram R\$ 107,8 milhões, contra R\$ 69,4 milhões no mesmo período do ano anterior.

Investimentos Valores em R\$ milhões	Ativos Elétricos			Obrigações Especiais			Ativos Não Elétricos			Investimento Total		
	1T21	1T20	Var. %	1T21	1T20	Var. %	1T21	1T20	Var. %	1T21	1T20	Var. %
EPA I	-	20,2	-	-	-	-	-	-	-	-	20,2	-
EPA II	75,6	22,0	+ 243,6	-	-	-	-	-	-	75,6	22,0	+ 243,6
EGO	-	24,2	-	-	-	-	-	-	-	-	24,2	-
ETT	32,2	3,0	+ 973,3	-	-	-	-	-	-	32,2	3,0	+ 973,3
Total	107,8	69,4	+ 55,3	-	-	-	-	-	-	107,8	69,4	+ 55,3

2. Resultados econômico-financeiros

No 1T21, a Energisa Transmissão de Energia S/A apresentou receita operacional líquida consolidada de R\$ 172,8 milhões, geração de caixa (EBITDA) de R\$ 63,9 milhões e lucro líquido de R\$ 43,6 milhões.

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro consolidado da ETE:

Desempenho Econômico-Financeiro			
Resultados - R\$ milhões			
Descrição	1T21	1T20	Variação %
Receita Operacional Bruta	181,3	121,7	+ 49,0
Receita Operacional Líquida	172,8	116,6	+ 48,2
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	63,9	47,1	+ 35,7
EBITDA	63,9	47,1	+ 35,7
Resultado financeiro	(11,2)	(6,8)	+ 64,6
Contribuição social e imposto de renda	(9,1)	(6,1)	+ 49,4
Lucro Líquido	43,6	34,2	+ 27,6

Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Descrição	31/03/2021	31/12/2020	Variação %
Ativo Total	2.181,2	1.701,9	+ 28,2
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	220,5	148,4	+ 48,6
Patrimônio Líquido	567,5	523,9	+ 8,3
Endividamento Líquido	954,8	613,1	+ 55,7

3. Estrutura de capital

3.1 Caixa e Endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizou R\$ 220,5 milhões em março de 2021, frente aos R\$ 148,4 milhões registrados em dezembro de 2020.

Em 31 de março de 2021, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 954,8 milhões, contra R\$ 613,1 milhões em dezembro de 2020.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos períodos a seguir:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/03/2021	13/12/2020	31/12/2019
Circulante	12,6	(2,0)	13,4
Debêntures	5,7	0,7	12,6
Encargos de dívidas	1,9	1,3	0,2
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	5,0	(4,0)	0,5
Não Circulante	1.162,7	763,4	379,8
Empréstimos e financiamentos	520,4	400,8	131,1
Debêntures	737,9	446,9	289,5
Benefícios pós emprego	-	-	0,1
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(95,6)	(84,3)	(40,8)
Total das dívidas	1.175,3	761,5	393,2
(-) Disponibilidades financeiras	220,5	148,4	25,7
Total das dívidas líquidas	954,8	613,1	367,5

(1) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

A Administração.

Demonstrações financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Ativo	-	-		
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5.197	15	36.558	631
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	126.093	97.240	183.957	147.761
Consumidores e concessionárias	-	-	7.480	10.288
Tributos a recuperar	614	2.065	4.562	4.682
Instrumentos financeiros derivativos	4.251	6.687	-	6.687
Dividendos a receber	-	11.060	-	-
Ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	-	87.063
Outros créditos	11.251	-	120.437	2.635
Total do circulante	147.406	117.067	352.994	259.747
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Instrumentos financeiros derivativos	95.613	84.320	95.613	84.320
Tributos a recuperar	1.661	-	1.661	-
Concessão do serviço público-ativo de contrato	-	-	1.729.119	1.357.582
	97.274	84.320	1.826.393	1.441.902
Investimentos	1.247.977	937.277	-	-
Imobilizado	-	-	1.740	215
Intangível	-	-	34	38
Total do não circulante	1.345.251	1.021.597	1.828.167	1.442.155
Total do ativo	1.492.657	1.138.664	2.181.161	1.701.902

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais.

2. Balanço Patrimonial Passivo

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE MARÇO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	6	-	34.161	35.804
Encargos de dívidas	192	210	1.903	1.319
Debêntures	5.702	748	5.702	748
Impostos e contribuições sociais	60	30	29.245	14.957
Obrigações estimadas	-	-	306	302
Benefícios pós-emprego	-	-	1	1
Obrigações de ressarcimento	-	-	348	241
Instrumentos financeiros derivativos	5.007	2.655	5.007	2.655
Outros passivos	16	2.573	3.352	5.847
Total do circulante	10.983	6.216	80.025	61.874
Não circulante				
Empréstimos e Financiamentos	176.325	161.683	520.385	400.847
Debêntures	737.882	446.899	737.882	446.899
Impostos e contribuições sociais	-	-	49.338	51.812
Tributos Diferidos	-	-	50.624	43.767
Benefícios pós-emprego	-	-	4	3
Débitos com partes relacionadas	-	-	173.983	172.460
Outras contas a pagar	-	-	1.453	374
Total do não circulante	914.207	608.582	1.533.669	1.116.162
Patrimônio líquido e recursos destinados a futuro aumento de capital				
Capital social	32.706	32.706	32.706	32.706
Reservas de capital	28.122	28.088	28.122	28.088
Reservas de lucros	459.590	24.124	459.590	24.124
Reserva especial de dividendos	-	435.466	-	435.466
Outros resultados abrangentes	7	7	7	7
Lucros (Prejuízos) Acumulados	43.567	-	43.567	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.475	3.475	3.475	3.475
Total do patrimônio líquido	567.467	523.866	567.467	523.866
Total do passivo e patrimônio líquido	1.492.657	1.138.664	2.181.161	1.701.902

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais.

3. Demonstrações de Resultados

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Controladora		Consolidado	
	1T21	1T20	1T21	1T20
Receita operacional bruta				
Receita de construção da infraestrutura	-	-	114.142	72.231
Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura	-	-	(57.119)	(42.394)
Receita das margens da obrigação de performance da construção	-	-	84.293	66.609
Receita de operação e manutenção	-	-	2.904	469
Receita de remuneração do ativo de contrato	-	-	36.154	24.769
Outras receitas	-	-	881	-
	-	-	181.255	121.684
Deduções à receita operacional				
PIS, Cofins e ISS	-	-	8.139	5.033
Outras (CCC, CDE, P&D e PEE)	-	-	289	19
	-	-	8.428	5.052
Receita operacional líquida	-	-	172.826	116.632
Despesas operacionais				
Pessoal	-	-	528	(70)
Entidade de previdência privada	-	-	39	19
Material	-	-	1	3
Serviços de terceiros	14	53	2.786	164
Depreciação e amortização	-	-	12	8
Custo de construção	-	-	107.990	69.406
Outras despesas	13	13	145	39
Outras Receitas/Despesas operacionais	(2.561)	-	(2.561)	-
	(2.534)	66	108.940	69.569
Resultado antes da equivalência patrimonial (Resultado Serviço)	2.534	(66)	63.886	47.063
Resultado de equivalência patrimonial	46.673	40.381	-	-
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	49.207	40.315	63.886	47.063
Resultado financeiro				
Receita de aplicações financeira	643	92	981	216
Outras receitas financeiras	19	(4)	87	25
Encargos de dívidas - juros	(6.070)	(4.217)	(14.231)	(7.179)
Encargos dívidas - variação monetária e cambial	(25.921)	(31.631)	(25.921)	(31.631)
(-) Transferência para ordens em curso	-	-	4.213	5.342
Outras despesas financeiras	25.689	29.600	23.663	26.417
	(5.640)	(6.160)	(11.208)	(6.810)
Resultado antes dos tributos	43.567	34.155	52.678	40.253
Contribuição social e imposto de renda	-	-	(9.111)	(6.097)
Lucro líquido do período	43.567	34.155	43.567	34.156
Lucro atribuível a:				
Acionistas da Controladora	-	-	43.567	-
Acionistas não controladores	-	-	-	-
Lucro líquido por ação - R\$	1,33	1,04		

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras trimestrais.

Notas Explicativas

Energisa Transmissão de Energia S/A
Notas explicativas às informações financeiras trimestrais
para o período findo em 31 de março de 2021
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Energisa Transmissão de Energia S/A (“Companhia” ou “ETE”), com sede em Cataguases, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto registrada junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM na categoria “B”, cujo objeto social é a participação no capital social de outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista ou acionista, em especial naquelas que tem como objetivo principal a exploração de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica.

A Companhia, através de suas controladas, possui o direito de explorar concessões e/ou autorizações de transmissão de energia elétrica. Sendo seus principais contratos:

Transmissão de energia elétrica	Descrição	Localidade	Data da concessão	Data de vencimento	Início de Operação
Energisa Goiás Transmissora de Energia S/A (“EGO I”) (*)	Linha de transmissão de 230 kV Rio Verde Norte - Jataí, com 136 quilômetros em circuito duplo, e a subestação Rio Verde Norte.	Goiás	11/08/2017	11/08/2047	13/03/2020
Energisa Pará Transmissora de Energia S/A (“EPA I”) (**)	Linha de transmissão de 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia, com 296 quilômetros de extensão em circuito duplo, e a subestação Santana do Araguaia.	Pará	11/08/2017	11/08/2047	02/11/2020
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A (“EPA II”)	Linha de Transmissão 500 kV, Serra Pelada com 66,5 quilômetros de extensão em circuito duplo; Linha de Transmissão 230 kV, Integradora Sossego - Xinguara II, com 72,3 quilômetros e as subestações Serra Pelada e Integradora Sossego.	Pará	21/09/2018	21/09/2048	Em construção
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A (“ETT”)	Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Barreiras II com 255 quilômetros de extensão; Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Gurupi com 256 quilômetros de extensão e Linha de Transmissão de 230 kV Dianópolis II - Palmas com 261 quilômetros de extensão.	Bahia e Tocantins	22/03/2019	22/03/2049	Em construção
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A (“EAM”)	LT 230 kV Lechuga - Tarumã, dois circuitos, com 9km aéreos em circuito duplo e C1 e C2 subterrâneos de 3 km; - SE 230/138 kV Tarumã - (6+1Res transformadores) x 100 MVA - SE 230/69 kV Presidente Figueiredo - capacidade 2 transformadores x 50 MVA; - Trechos de LT em 230 kV entre a SE Presidente Figueiredo e os pontos de seccionamento da LT Balbina - Cristiano Rocha, C1, com 2 circuitos de 4,5 km. Revitalização das subestações em 230 kV Manaus, Cristiano Rocha e Lechuga (setor designado à AmGT); - Substituição da SE Balbina 230kV em arranjo disjuntor e meio por outra SE nova 230kV em arranjo barra dupla com 4 chaves; - Substituição do pátio de 69kV em arranjo anel da SE Manaus por outro pátio novo de 69kV em arranjo BD4	Amazonas	31/03/2021	31/03/2051	31/03/2021 (***)

(*) **Início de operação:** A obra foi concluída em 31 meses após a data de outorga e a operação foi antecipada em 17 meses frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão.

(**) **Início de operação:** A obra foi concluída em 38 meses após a data de outorga e a operação foi antecipada em 16 meses, frente a data prevista de entrada em operação no contrato de concessão.

(***) **Leilão de Transmissão nº 001/2020** - Em 17 de dezembro de 2020, a Energisa S.A. (controladora da ETE) sagrou-se vencedora do lote 11, de ativos de transmissão, conforme informações abaixo:

Lote	Local (UF)	Extensão	Investimento Estimado Aneel (R\$ Mil)	RAP ¹ Máxima (R\$ Mil)	RAP Proposta (R\$ Mil)	Deságio	Benefício Fiscal Aplicável
11	AM	33 Km novos e 385 km existentes	882.240	119.713	63.000	47,37%	SUDAM

O lote contratado representa incorporação de ativos em serviço designado da empresa Amazonas Geração e Transmissão (AmGT) pela Portaria MME no. 776 de 15 de dezembro de 2016 e a revitalização e continuidade da prestação do serviço público de transmissão das instalações existentes e a expansão e reforço do sistema para atendimento à região metropolitana de Manaus e à região de Presidente Figueiredo, no Estado do Amazonas, como segue:

- (i) **Novos Empreendimentos:** - LT 230 kV Lechuga - Tarumã, dois circuitos, com 9km aéreos em circuito duplo e C1 e C2 subterrâneos de 3 km; - SE 230/138 kV Tarumã - (6+1Res transformadores) x 100 MVA - SE 230/69 kV Presidente Figueiredo - capacidade 2 transformadores x 50 MVA; - Trechos de LT em 230 kV entre a SE Presidente Figueiredo e os pontos de seccionamento da LT Balbina - Cristiano Rocha, C1, com 2 circuitos de 4,5 km.; e
- (ii) **Empreendimentos Existentes Incorporados e que serão Revitalizados:** - Incorporação dos ativos em serviço designado à AmGT pela Portaria do MME nº 706, de 15 de dezembro de 2016; - Revitalização das subestações em 230 kV Manaus, Cristiano Rocha e Lechuga (setor designado à AmGT); - Substituição da SE Balbina 230kV em arranjo disjuntor e meio por outra SE nova 230kV em arranjo barra dupla com 4 chaves; - Substituição do pátio de 69kV em arranjo anel da SE Manaus por outro pátio novo de 69kV em arranjo BD4.

Em 31 de março de 2021 o contrato de concessão foi celebrado pela EAM (concessionária de transmissão) e a ETE (acionista controladora) junto ao Poder Concedente onde os empreendimentos incorporados entraram em operação e os novos empreendimentos, conforme destacados nos itens i e ii acima, serão construídos conforme prazos estabelecidos no contrato de concessão.

1.2 Transmissão de energia elétrica:

Os contratos de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contêm cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço, como segue.

As controladas deverão realizar o licenciamento e contratação de todas as obras para a operação dos empreendimentos buscando antecipar estes prazos.

As obrigações das controladas, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN por um período de 30 anos:

I - Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;

II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;

IV - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória;

V - Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VI - Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes;

VII - Operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

1.3 Efeitos da COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, medida essa também adotada no Brasil. Houve impacto significativo na economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm adotando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar os efeitos econômicos produzidos pela pandemia.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Impactos observados no primeiro trimestre de 2021

Nos primeiros meses de 2021 a pandemia da COVID-19 no Brasil apresentou picos de disseminação e mortes causados pelo vírus, permanecendo com elevados impactos negativos na sociedade tanto no segmento econômico como no social. Os diversos agentes governamentais continuam a implementar medidas de isolamento social e campanhas de conscientização e de vacinação iniciada para os grupos da população considerados de alto risco.

A Administração da Companhia e suas controladas seguem monitorando os possíveis impactos da pandemia da COVID-19 em suas operações e avalia constantemente a eficácia das medidas protetivas adotadas pela Companhia e suas controladas com o intuito de mitigar tais riscos. Até o momento, as principais ações da Companhia e suas controladas estão listadas a seguir:

- Regime de teletrabalho para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho e ações de engajamento e saúde mental para líderes e colaboradores durante a pandemia. Para os profissionais onde a modalidade do teletrabalho não foi possível, foram adotados sistema de revezamento com turnos alternados para evitar exposição a aglomerações;
- Acompanhamento dos contratos de empréstimos e financiamentos para identificação tempestiva de oportunidades de liquidações ou novas contratações com a finalidade de atenuar eventuais riscos de liquidez;
- Supervisão constante das obras em andamento das controladas com ação tempestiva junto a fornecedores para impedimento de atrasos em função do cenário adverso da pandemia. Até o momento a Administração das controladas não identificou impactos relevantes em suas operações em função de atrasos nas obras em andamento. Cabe ressaltar que as controladas mantêm contínua comunicação com o regulador sobre eventuais atrasos que poderão ocorrer até a normalização das atividades comerciais do mercado como um todo;

Não identificamos outros impactos além dos mencionados acima. A Companhia e suas controladas seguem comprometidas com a segurança de seus colaboradores, clientes, parceiros, acionistas e das comunidades das regiões onde atua, bem como são orientados pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa.

2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

2.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.1 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020”), publicadas na imprensa oficial em 19 de março de 2021.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia avaliou suas operações à luz do cenário de pandemia da COVID-19 ocorrido no período findo em 31 de março de 2021 e no exercício de 31 de dezembro de 2020, conforme detalhado na nota explicativa 1.2, e concluiu que não há impactos significativos em suas atividades, portanto, a Administração continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração de suas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

A emissão das informações financeiras intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração em 13 de maio de 2021.

2.2 Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB International Accounting Standards Board, não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 3.2 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

2.3 Reclassificação de valores comparativos

Em 01 de dezembro de 2020 a CVM divulgou o Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 04/2020 que orienta as transmissoras de energia elétrica quanto ao atendimento aos aspectos relevantes do CPC 47 - Receita de Contrato com o Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. Os principais assuntos relevantes neste Ofício referem-se a : (i) determinação e atribuição de margem de implementação da infraestrutura ao longo do período das obras; (ii) aplicação de taxa implícita de desconto os ativos dos contratos de concessão; (iii) orientação quanto a classificação dos ativos da Lei 12.783 - SE como Ativo de contrato; (iv) segregação em rubrica específica na Demonstração de Resultado da receita de remuneração dos ativos da concessão; e (v) reconhecimento dos impactos da Revisão Tarifária Periódica (RTP) em função de alteração na base regulatória (BRR) ou na taxa de remuneração de capital (WACC regulatória) em rubrica abaixo da margem operacional.

Em atendimento ao Ofício-circular no04/2020 o reconhecimento de receita referente aos serviços prestados em atendimento a concessão de transmissão de energia elétrica foram mensurados como Receita de infraestrutura, operação e manutenção, ganho de eficiência na implementação da infraestrutura e outras, líquidas e Remuneração dos ativos da concessão, líquida, nas Demonstrações do resultado do Período, conforme apresentado abaixo:

Demonstração do Resultado do Período	Divulgado 31.03.2020	Reclassificado	Reclassificado 31.03.2020
Receita operacional líquida	116.632	(116.632)	-
Receita de infraestrutura, operação e manutenção, ganho de eficiência na implementação da infraestrutura e outras, líquidas	-	89.326	89.326
Remuneração dos ativos da concessão, líquida	-	27.306	27.306
Receita líquida total	116.632	-	116.632
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e dos tributos	47.063	-	47.063
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	40.253	-	40.253
Imposto de renda e contribuição social diferidos e corrente	(6.097)	-	-6.097
Lucro líquido do período	34.156	-	34.156

3. Informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) consolidadas

As informações financeiras intermediárias consolidadas compreendem as informações financeiras intermediárias da Energisa Transmissão de Energia e suas controladas. O controle é obtido quando a Energisa Transmissão de Energia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com investidas e possuir a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação as investidas.

Especificamente, a Energisa Transmissão de Energia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando a Energisa Transmissão de Energia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto do Grupo (investidor).

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando o Grupo deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o período são incluídos nas informações financeiras intermediárias consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores do Grupo, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas informações financeiras intermediárias das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras intermediárias da Energisa Transmissão de Energia e das controladas.

	Ramo de atividade	% de participação	
		31/03/2021	31/12/2020
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	Transmissão de energia	100	100
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	Transmissão de energia	100	100
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A ⁽²⁾	Transmissão de energia	100	100
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A ⁽¹⁾	Transmissão de energia	100	100
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A ⁽²⁾	Transmissão de energia	100	-

⁽¹⁾ Em fase pré-operacional

⁽²⁾ Trechos da linha em operação e outros em construção

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- 1) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- 2) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e resultados das empresas consolidadas; e
- 3) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas.

4. Informação por segmento - consolidado

A Companhia e suas controladas atuam no segmento econômico de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalente de caixa

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída, por operações compromissadas e Certificado de Depósito Bancário (CBD) e operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de março de 2021 equivale a 94,9% do CDI (65,0% em 31 de dezembro de 2020).

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários à vista	95	15	981	596
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	5.102	-	35.577	35
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	27.044	-
Compromissadas	5.102	-	8.533	35
Total caixa e equivalentes de caixa - circulante ⁽¹⁾	5.197	15	36.558	631

⁽¹⁾ As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

5.2 Aplicações no mercado aberto (avaliadas ao valor justo por meio do resultado)

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de março de 2021 equivale a 108,2% (104,6% em 31 de dezembro de 2020) do CDI.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
1). Avaliadas ao valor justo por meio do resultado	126.093	97.240	183.957	147.761
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽¹⁾	126.093	97.240	183.957	147.761
Certificados de Depósitos Bancário (CDB's)	3.157	791	3.770	791
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	243	65	290	65
Títulos públicos	445	26.754	2093	45.818
Fundo de Renda Fixa	46.711	11.545	55.791	11.545
Letra financeira do Tesouro (LFT)	28.194	31.879	58.663	50.823
Letra financeira (LF)	2.132	13.939	9.350	23.802
Letra financeira (LTN)	-	428	-	733
Nota do tesouro nacional (NTNB)	45.211	8.551	54.000	8.551
Nota do tesouro nacional (NTNF)	-	3.288	-	5.633
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	126.093	97.240	183.957	147.761

(1) Fundo de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, CCB, Títulos Públicos, Fundo de renda fixa, LFT, LF, LTN, NTNB e NTNF são remuneradas 84,5% (89,5% em 31 de dezembro de 2020) do CDI Fundo FI Energisa e 115,8% do CDI Fundo Zona da Mata.

6. Contas a receber - Consolidado

	Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
Clientes ⁽¹⁾	6.624	10.157
Receita com partes relacionadas e demais clientes	856	131
Total - Circulante	7.480	10.288

(1) Valor referente a Receita Anual Permitida (RAP) das controladas Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A, Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A e Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A, que iniciaram suas operações em 13 de março, 02 de novembro de 2020 e 19 de fevereiro de 2021 respectivamente.

7. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	10	-
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	2.272	2.062	2.831	2.593
Contribuição Social s/o Lucro - CSLL	-	-	131	131
Contribuições ao PIS e a COFINS	3	3	2.662	1.370
Imposto sobre Serviços - ISS	-	-	-	255
Outros	-	-	589	333
Total	2.275	2.065	6.223	4.682
Circulante	614	2.065	4.562	4.682
Não circulante	1.661	-	1.661	-

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com

apurações de tributos em períodos posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

8. Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), e possui o controle direto das transmissoras Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A, Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A, Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A, Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A e Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A.

A Energisa Transmissão de Energia S/A é controlada pela ENERGISA S/A, que por sua vez detém o controle acionário, direta ou indiretamente, das seguintes empresas:

- Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB);
- Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO);
- Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE);
- Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF);
- Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO);
- Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC);
- Energisa Serviços Aéreos S/A;
- Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda;
- Energisa Soluções S/A (ESO);
- Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A;
- Energisa Geração Usina Maurício S/A;
- Parque Eólico Sobradinho Ltda;
- Alsol Energia Renováveis S.A;
- Rede Energia Participações;
- Energisa Comercializadora de Energia Ltda; e
- Voltz Capital S/A.

As controladas da Rede Energia Participações S/A, são:

- Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS);
- Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT);
- Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO);
- Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A (ESS);
- Multi Energisa Serviços S/A, Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER);
- Companhia Técnica e Comercialização de Energia (CTCE); e
- QMRA Participações S/A.

Os saldos com partes relacionadas são apresentados como segue:

Controladas	Mútuo ⁽¹⁾ - Débito com partes relacionadas	
	Aportados por controlador indireto	
	31/03/2021	31/12/2020
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	51.806	51.352
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	103.457	102.552
Energisa Tocantins Transmissora de Energia I S/A	16.635	16.490
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	2.085	2.066
	173.983	172.460

⁽¹⁾ Os contratos de mútuos firmados pelas controladas com a controladora indireta Energisa S/A a partir de dezembro de 2019, possuem prazo de 24 meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no período foi em média de CDI + 0,3785% a.a. (CDI + 0,4084% a.a. em 31 de dezembro 2020).

Transações efetuadas durante o período pela Companhia e suas controladas:

Atualização de mútuos (*)	31/03/2021	31/03/2020
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	23	28
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	1.168	1.424
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	585	699
Energisa Tocantins Transmissora de Energia I S/A	188	228
Total	1.964	2.379

(*) Referem-se aos custos dos juros dos contratos de mútuos, firmado com a controladora indireta, referente ao período findo em 31 de março de 2021, os quais compõem os respectivos saldos de cada contrato.

Condição dos contratos:

Controladas	Taxa	Vencimento
. Energisa Para Transmissora de Energia II S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2021
. Energisa Para Transmissora de Energia I S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2021
. Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2021
. Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	Média ponderada dos juros de empréstimos captados pelas empresas do Grupo + variação do CDI	01/12/2021

	Recursos destinados a futuro aumento de capital (*)	
	31/03/2021	31/12/2020
Energisa S/A	351.589	3.475

(*) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados, estão registrados na controladora Energisa na rubrica investimentos.

Consolidado:

	Serviços Contratados (*)	Saldo a pagar (fornecedores) - Serviços Contratados (*)
. Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	(755)	-
. Energisa Para Transmissora de Energia I S/A	(964)	-
. Energisa Para Transmissora de Energia II S/A	(1.429)	(670)
. Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	(1.520)	-
31/03/2021	(4.668)	(670)
31/12/2020	-	(1.312)
31/03/2020	(3.575)	-

(*) Refere-se a contratos serviços de gerenciamento de obras e foram capitalizados na infraestrutura do serviço público de transmissão de energia elétrica prestado pela Energisa Soluções S/A, devidamente homologados pela Aneel.

Saldo a receber - Disponibilização de sistema de transmissão e distribuição (*):

	GOIAS I	PARA I	PARA II
. Energisa Sul-Sudeste Distribuidora de Energia S.A	17	16	1
. Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	2	2	-
. Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	10	10	1
. Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	38	621	3
. Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	10	10	1
. Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	22	21	2
. Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	19	19	1
. Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	3	3	-
. Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	10	9	1
. Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	2	2	-
31/03/2021	133	713	10
31/12/2020	131	-	-

Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição (*):

	GOIAS I	PARA I	PARA II
. Energisa Sul-Sudeste Distribuidora de Energia S.A	48	56	-
. Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A	6	7	-
. Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	30	35	-
. Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	114	2.196	1
. Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	31	36	-
. Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	64	75	1
. Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	58	67	1
. Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A	10	12	-
. Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	32	39	-
. Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A	6	16	-
31/03/2021	399	2.539	3
31/03/2020	-	-	-

(*) Refere-se a serviços prestados de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição pelas controladas Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A, Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A e Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A.

	Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	1.404	1.606
Remuneração da Diretoria	147	134
Outros Benefícios (*)	68	53

(*) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de março de 2021, foram de R\$49 e R\$49 no consolidado (R\$44 e R\$44 em 31 de março de 2020). A remuneração média no período findo em 31 de março de 2021 foi de R\$49 no consolidado (R\$44 em 31 de março de 2020).

Programa de Remuneração Variável (ILP)

As Controladas ofereceram aos seus executivos um Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP. Este plano tem por objetivo: (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos das Controladas a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da Controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível

levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, as controladas possuem um total de três programas de concessão de ações e duas outorgas contratuais em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (*Total Shareholder Return* - TSR Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP	2º programa ILP	3º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	3.536	3.104	2.997
Data de aprovação do Conselho de Administração	10/05/2018	09/05/2019	10/02/2021
Data de início vesting	02/05/2018	10/05/2019	21/12/2020
Prazo de carência	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses
Taxa de juros livre de risco ^(a)	8,2%	7,7%	5,27%
Volatilidade ^(b)	29,29%	25,06%	50,51%
Valor justo na data da outorga	R\$44,25	R\$54,97	R\$43,69

(a) Para o 1º Programa a taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2021). Para o 2º Programa: Taxa de juros = 7,7% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2022). Para o 3º Programa: Taxa de juros = 5,27% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa - DI1J2023);

(b) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o *Total Shareholder Return* TSR) foram calculadas com base nos valores históricos de 1 ano anterior à data de outorga do programa;

Não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de março de 2021. A partir do segundo trimestre de 2021 as controladas realizarão as liquidações do 1º programa de ILP. Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício associados.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, as Controladas apuraram o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “pro rata temporis”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

No período findo em 31 de março de 2021, foram reconhecidos pelas controladas EPA I e EGO I R\$34 (R\$17 em 31 de março de 2020) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do período, na rubrica de custos e despesas operacionais - Programa de incentivo de longo prazo (ILP). O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumula em 31 de março de 2021 monta em R\$267 (R\$233 em 31 de dezembro de 2020).

9. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das informações financeiras intermediárias e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada período e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
Ativo		
Prejuízos fiscais	172	164
Base negativa da contribuição social	51	50
Total - ativo não circulante	223	214
Passivo		
Imposto de Renda	37.387	32.339
Contribuição Social	13.460	11.642
Total - passivo não circulante	50.847	43.981
Total líquido - passivo não circulante	(50.624)	(43.767)

	Consolidado			
	31/03/2021		31/12/2020	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais	688	172	657	164
Base negativa da contribuição social	568	51	561	50
Concessão do serviço público - ativo de contrato	(149.548)	(50.847)	(129.359)	(43.981)
Total passivo não circulante	(148.292)	(50.624)	(128.141)	(43.767)

A expectativa de realização das diferenças temporárias são como segue:

Exercícios	Consolidado
2022	223
Total	223

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como, a compensação dos créditos tributários registrados, são como segue:

	Controladora	
	31/03/2021	31/03/2020
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	43.567	34.155
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição calculados às alíquotas fiscais combinadas	(14.813)	(11.613)
Créditos tributários - IR e CS não constituídos no período	(1.056)	(2.117)
Equivalência patrimonial	15.869	13.730
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-	-
Alíquota efetiva	-	-

	Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	52.678	40.253
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição calculados às alíquotas fiscais combinadas	(17.911)	(13.686)
Créditos tributários - IR e CS não constituídos no período	(1.058)	(2.118)
Créditos tributários de períodos anteriores constituídos no período	-	(1.853)
Efeito do regime tributário - lucro presumido	9.851	11.553
Outras adições	7	7
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(9.111)	(6.097)
Alíquota efetiva	17,30%	15,15%

10. Concessão de serviço público (Ativo de contrato) - consolidado

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

As concessões das controladas de transmissão por não serem onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Os ativos de contrato, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados nos contratos da concessão.

Conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, as controladas passaram a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde, para o período findo em 31 de março de 2021 não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

A taxa utilizada pelas controladas para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

A seguir a movimentação do ativo de contrato ocorrida no período:

Controladas indiretas						
Descrição	EGO I	EPA I	EPA II	ETT	EAM	Consolidado
Linhas de Transmissão	LT 230 kV Rio Verde Norte - Jataí	LT 230 kV Xinguara II - Santana do Araguaia	LT 500 kV, Serra Pelada; LT 230 KV Sossego - Xinguara II	LT 230 kV Dianópolis II - Barreiras II; LT 230 KV Dianópolis - Gurupi; LT 230 KV Dianópolis - Palma	LT 230 kV Lechuga /Tarumã -SE 230/138 kV Tarumã-SE 230/69 kV Pres. Figueiredo -LT 230 kV SE Pres. Figueiredo-LT Balbina -SE 230 kV Manaus-SE Balbina 230kV- SE nova 230kV	-
Margem de construção	67,38%	67,27%	21,97%	51,03%	37,13%	-
Margem de operação e manutenção	11,39%	9,99%	10,30%	9,50%	15,18%	-
Taxa de remuneração	8% a 11% a.a.	8% a 11% a.a.	8% a 11% a.a.	8% a 11% a.a.	6% a 10% a.a	-
Índice de correção dos contratos	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	-
Custos incorridos até 31/12/2020	255.912	318.257	213.477	49.169	-	836.815
RAP anual	41.125	40.517	33.515	62.854	63.000	241.011
Ativo de contrato em 31/12/2020	477.049	610.807	278.454	78.335	-	1.444.645
Aquisição de infraestrutura de transmissão (*)	-	-	-	-	239.700	239.700
Receita de remuneração do ativo de contrato	12.154	15.564	6.538	1.898	-	36.154
Receita das margens da obrigação de performance de construção	-	-	14.042	13.133	-	27.175
Receita de operação e manutenção	1.355	1.488	70	-	-	2.913
Receita de construção da infraestrutura	-	-	78.701	35.441	-	114.142
Recebimento RAP	(10.650)	(12.830)	(368)	-	-	(23.848)
Ativo de contrato em 31/03/2021	479.908	615.029	377.437	128.807	239.700	1.840.881
Circulante	38.613	49.375	2.774	-	21.000	111.762
Não Circulante	441.295	565.654	374.663	128.807	218.700	1.729.119

(*) Na data de 31/03/2021 a controlada direta Energisa Amazonas pagou R\$239.700 pela assunção dos ativos já existentes e realizou a celebração do contrato de concessão junto ao Poder Concedente onde os empreendimentos incorporados entraram em operação, proporcionando o direito de recebimento de 30% da Receita Anual Permite prevista, e construção de novos empreendimentos conforme destacado na nota explicativa 1.

11. Investimentos

	Controladora	
	31/03/2021	31/12/2020
Participação em controladas	1.247.977	937.277
Total	1.247.977	937.277

Participação em controladas:

31/03/2021									
Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Energisa Goiás Transmissora de Energia S/A	100,00	128.361	128.361	513.010	163.812	349.198	10.729	10.729	349.198
Energisa Pará I Transmissora de Energia S/A	100,00	121.938	121.938	659.062	245.961	413.101	9.493	9.493	413.101
Energisa Pará II Transmissora de Energia S/A	100,00	90.722	90.722	402.683	237.698	164.985	16.651	16.651	164.985
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	100,00	529	529	131.215	51.814	79.401	9.806	9.806	79.401
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A (*)	100,00	11	11	241.574	282	241.292	(6)	(6)	241.292
Total								46.673	1.247.977

(*) A controladora Energisa S.A, ao vencer o leilão do lote 11, após assinatura do contrato de concessão passou a ser detentora de ativos já existentes que compreendem, dentre outros, subestações avaliadas previamente pela ANEEL. Na data de 30/03/2021 a Energisa Transmissora de Energia (ETE) pagou R\$239.700 pela assunção dos ativos já existentes.

Devido às características do setor de transmissão de energia, a controlada adota contabilmente o “Ativo de Contrato de Concessão”, advindo da aplicação do pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de contratos com clientes. Considerando que a concessão é firmada com o Poder Concedente, reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e que o contrato de concessão estabelece um direito de receber caixa sem nenhum risco de demanda (RAP - Receita Anual Permitida), a Companhia identificou e avaliou o valor justo dos ativos e passivos com base no pronunciamento técnico CPC 15 (R1) - Combinações de Negócios. Os ativos de contrato de concessão foram avaliados com base na metodologia de fluxo de caixa futuro descontado a valor presente e os respectivos impostos diferidos foram reconhecidos. O fluxo de caixa foi descontado utilizando as taxas de desconto que refletem avaliações correntes de mercado e as características de cada contrato de concessão.

Descrição	Valores apurados
Data da aquisição	30/03/2021
Preço pago	239.700
Valor contábil	257.000
Valor justo pelo fluxo de caixa	239.700
Mais (menos) valia apurada	(17.300)

Período de mensuração do Purchase Price Allocation (PPA):

A Companhia apurou em caráter provisório os valores da combinação de negócio de acordo com o tópico 45 do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - “Business Combination”, que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte em que a combinação ocorrer.

Durante o período de mensuração, a Companhia poderá ajustar retrospectivamente os valores provisórios reconhecidos na data da aquisição para refletir qualquer nova informação obtida relativa aos fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria afetado a mensuração dos valores

reconhecidos. Durante o período de mensuração, também deve reconhecer adicionalmente ativos ou passivos, quando nova informação for obtida acerca de fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos. O período de mensuração termina quando o adquirente obtiver as informações que buscava sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, ou quando ele concluir que mais informações não podem ser obtidas. Contudo, o período de mensuração não pode exceder a um ano da data da aquisição. A Companhia não possui expectativa de alterações que possam modificar a posição dos resultados obtidos na combinação de negócio.

Os ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data das aquisições foram reconhecidos a valor justo e estão demonstrados a seguir:

Valores justos reconhecidos para os ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição	Valor contábil	Ajuste ao valor justo	Valor justo pelo fluxo de caixa
Ativos			
Ativo de contrato de concessão	257.000	(4.844)	252.156
Passivos			
Fornecedores - materiais e serviços	-	(12.456)	(12.456)
Total dos ativos identificáveis, líquidos	257.000	(17.300)	239.700

31/12/2020

Informações sobre as controladas								Informações sobre o investimento da controladora	
Controladas	%	Nº ações / cotas detidas / mil	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Energisa Goiás Transmissora de Energia S/A	100	128.361	128.361	502.220	163.768	338.452	46.570	46.570	338.452
Energisa Pará I Transmissora de Energia S/A	100	121.938	121.938	630.998	227.407	403.591	104.400	104.400	403.591
Energisa Pará II Transmissora de Energia S/A	100	90.722	90.722	298.868	150.534	148.334	32.485	32.485	148.334
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	100	529	529	79.471	32.571	46.900	9.014	9.011	46.900
Total								192.466	937.277

Movimentação dos investimentos:

Controladas	Saldos em 31/12/2020	Subscrição	Ganho/Perda aquisição de ações ⁽¹⁾	Equivalência Patrimonial	Saldos em 31/03/2021
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	338.452	-	17	10.729	349.198
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	403.591	-	17	9.493	413.101
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	148.334	-	-	16.651	164.985
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	46.900	22.695	-	9.806	79.401
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A	-	241.298	-	(6)	241.292
Total	937.277	263.993	34	46.673	1.247.977

⁽¹⁾ Refere-se a parcela reflexa sobre a implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) das controladas EPA I e EGO I, no valor de R\$34.

Controladas	Saldos em 31/12/2019	Subscrição /	Outros Resultados abrangentes	Ganho/Perda aquisição de ações ⁽¹⁾	Dividendos	Equivalência Patrimonial	Saldos em 31/12/2020
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	290.795	12.069	-	78	(11.060)	46.570	338.452
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	268.354	30.654	105	78	-	104.400	403.591
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	40.243	75.606	-	-	-	32.485	148.334
Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	5.631	32.251	-	7	-	9.011	46.900
Total	605.023	150.580	105	163	(11.060)	192.466	937.277

⁽²⁾ Refere-se a parcela reflexa sobre a implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) das controladas EPA I e EGO I, no valor de R\$156 e Ganho referente a transações entre sócios de R\$7 na controlada ETT.

12. Fornecedores

	Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
Materiais	1.451	19
Serviços	32.710	35.785
Total - circulante	34.161	35.804

Referem-se às aquisições de materiais e serviços necessários à construção de Linhas de Transmissão das controladas, com prazo médio de liquidação de 30 dias. Tendo em vista a entrada em operação da EGO I, ocorrida em março de 2020 e EPAI em novembro de 2020, e da EPAII em fevereiro de 2021.

13. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívida está demonstrada a seguir:

	Controladora				
	Saldos em 31/12/2020	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/03/2021
Mensurados ao valor justo					
Moeda Estrangeira					
Dólar	162.939	(436)	16.093	-	178.596
Marcação a mercado	(1.046)	-	-	(1.033)	(2.079)
Total ao valor justo	161.893	(436)	16.093	(1.033)	176.517
Total	161.893	(436)	16.093	(1.033)	176.517
Circulante	210				192
Não circulante	161.683				176.325

	Controladora					
	Saldos em 31/12/2019	Captação	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/12/2020
Mensurados ao valor justo						
Moeda Estrangeira						
Dólar	-	135.000	(2.192)	30.131	-	162.939
Marcação a mercado	-	-	-	-	(1.046)	(1.046)
Total ao valor justo	-	135.000	(2.192)	30.131	(1.046)	161.893
Total	-	135.000	(2.192)	30.131	(1.046)	161.893
Circulante	-	-	-	-	-	210
Não circulante	-	-	-	-	-	161.683

	Consolidado					
	Saldos em 31/12/2020	Captação	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/03/2021
Mensuradas ao custo						
Moeda Nacional						
BASA - CCB	243.198	104.844	(7.507)	8.109	-	348.644
Gastos com captação	(2.925)	-	-	52	-	(2.873)
Total do custo	240.273	104.844	(7.507)	8.161	-	345.771
Mensurados ao valor justo						
Moeda Estrangeira						
Dólar	162.939	-	(436)	16.093	-	178.596
Marcação a mercado	(1.046)	-	-	-	(1.033)	(2.079)
Total ao valor justo	161.893	-	(436)	16.093	(1.033)	176.517
Total	402.166	104.844	(7.943)	24.254	(1.033)	522.288
Circulante	1.319	-	-	-	-	1.903
Não circulante	400.847	-	-	-	-	520.385

	Consolidado						
	Saldos em 31/12/2019	Captação	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/12/2020
Mensuradas ao custo							
Moeda Nacional							
BASA - CCB	132.830	103.590	(4.888)	11.666	-	-	243.198
Gastos com captação	(1.490)	-	-	168	(1.603)	-	(2.925)
Total do custo	131.340	103.590	(4.888)	11.834	(1.603)	-	240.273
Mensurados ao valor justo							
Moeda Estrangeira							
Dólar	-	135.000	(2.192)	30.131	-	-	162.939
Marcação a mercado	-	-	-	-	-	(1.046)	(1.046)
Total ao valor justo	-	135.000	(2.192)	30.131	-	(1.046)	161.893
Total	131.340	238.590	(7.080)	41.965	(1.603)	(1.046)	402.166
Circulante	213	-	-	-	-	-	1.319
Não circulante	131.127	-	-	-	-	-	400.847

A composição da carteira de empréstimos, financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (1)	Garan tias (*)
	31/03/2021	31/12/2020					
Energisa Transmissão							
ETE X CITIBANK LOAN 56417 (2)	178.596	162.939	Libor + 0,60% a.a.	fev/23	Final	9,98%	A
Marcação à Mercado de Dívida (3)	(2.079)	(1.046)					
Total em Moeda Estrangeira	176.517	161.893					
Total Energisa Transmissão	176.517	161.893					
Energisa Pará I							
BASA - CCB 048-19/0002-0 (4)	196.028	168.174	IPCA + 1,8854% a.a	jul/39	Mensal a partir de 2023	2,52%	A + R + S
Custo de captação incorrido na contratação	(1.330)	(1.362)	-	-	-	-	
Total em Moeda Nacional	194.698	166.812					
Total EPA I	194.698	166.812					
Energisa Pará II							
BASA - CCB 128-20/0050-8 (4)	152.616	75.024	IPCA + 1,6834% a.a	jul/40	Mensal a partir de 08/24	2,47%	A + R + S
Custo de captação incorrido na contratação	(1.543)	(1.563)	-	-	-	-	
Total em Moeda Nacional	151.073	73.461					
Total EPA II	151.073	73.461					
Em Moeda Nacional	345.771	240.273					
Em Moeda Estrangeira	176.517	161.893					
Energisa Consolidada	522.288	402.166					

(*) A=Aval Energisa S/A, R=Recebíveis, S = Seguro

(1) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no período findo em 31 de março de 2021;

(2) Em fevereiro de 2020, a Companhia contratou um financiamento junto ao Citibank, no montante de R\$135.000, o qual possui apuração de índice financeiro respeitando o seguinte limite de Covenants da avalista Energisa S/A:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,0x de março/21 até o vencimento	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de março de 2021, as exigências contratuais foram cumpridas;

(3) Esta operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (vide nota explicativa nº 19 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

(4) Em julho de 2019, a controlada Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A e em junho de 2020 a controlada Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A contrataram financiamento junto ao Banco da Amazônia o qual possui apuração de índice financeiro respeitando o seguinte limite de covenants:

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), maior ou igual a 1,3x, apurado anualmente, após 12 (doze) meses de pagamento do principal, até a data do vencimento do contrato.

O descumprimento desse índice pode implicar em vencimentos antecipados da dívida. Em 31 de março de 2021, as exigências contratuais foram cumpridas.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no período.

Moeda/indicadores	31/03/2021	31/12/2020
US\$ x R\$	9,63%	28,93%
IPCA	2,05%	4,52%

A Companhia e suas controladas tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Vencimentos:

Em 31 de março de 2021, os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora	Consolidado
2023	176.325	182.156
2024	-	15.987
2025	-	21.521
2026	-	21.521
Após 2026	-	279.200
Total	176.325	520.385

14. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado					
	Saldos em 31/12/2020	Captação	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/03/2021
Mensuradas ao custo - pós fixado						
CDI	-	300.000	515	-	-	300.515
IPCA	414.751	-	15.116	-	-	429.867
Gastos com captação	(6.389)	-	267	(1.335)	-	(7.457)
Marcação a mercado	39.285	-	-	-	(18.626)	20.659
Total do custo	447.647	300.000	15.898	(1.335)	(18.626)	743.584
Circulante	748					5.702
Não circulante	446.899					737.882

	Controladora e Consolidado						
	Saldos em 31/12/2019	Captação	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 31/12/2020
Mensuradas ao custo - pós fixado							
IPCA	271.780	140.000	(27.042)	30.013	-	-	414.751
Gastos com captação	(2.677)	-	-	543	(4.255)	-	(6.389)
Marcação a mercado	33.002	-	-	-	-	6.283	39.285
Total do custo	302.105	140.000	(27.042)	30.556	(4.255)	6.283	447.647
Circulante	12.639						748
Não circulante	289.466						446.899

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias (*)
	31/03/2021	31/12/2020							
Debêntures 1ª Emissão 1ª Série	84.851	81.840	15/12/2018	75.500 / 75.500	IPCA+4,9238 % a.a	dez / 25	Final	3,26%	F
Debêntures 1ª Emissão 2ª Série	57.869	55.788	15/12/2018	51.462 / 51.462	IPCA+5,1410 % a.a	dez / 28	Anual após dez/26	3,31%	F
Debêntures 1ª Emissão 3ª Série	138.295	133.371	15/12/2018	123.038 / 123.038	IPCA+4,9761 % a.a	dez / 25	Final	3,27%	F
Debêntures 2ª Emissão 1ª Série	60.994	58.924	15/10/2020	57.400 / 57.400	IPCA+4,2297 % a.a	out / 27	Final	3,09%	A
Debêntures 2ª Emissão 2ª Série	87.858	84.828	15/10/2020	82.600 / 82.600	IPCA+4,4744 % a.a	out / 30	Anual após out/28	3,15%	A
Debêntures 3ª Emissão	300.515	-	05/03/2021	300.000 / 300.000	CDI + 1,80% a.a	mar / 24	Final	0,94%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(7.457)	(6.389)							
Marcação à Mercado de Dívida	20.659	39.285							
Total	743.584	447.647							

Em 05 de Março de 2021 a Companhia efetuou a 3ª emissão de Debêntures em moeda corrente, no montante de R\$300.000 em Série Única, com vencimento em 05 de março de 2024 com remuneração de CDI mais 1,80% ao ano, os recursos serão destinados a gestão ordinária dos negócios da companhia e a operação conta com o aval da controladora Energisa S/A.

Condições de *covenants*

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado (*)	Menor ou igual a: 4,0x de março/21 até o vencimento 4,25x até o vencimento	Trimestral e Anual

(*) Para 2ª e 3ª emissão de Debêntures da Companhia, o limite é de 4,25x até o vencimento.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de março de 2021, as exigências contratuais foram cumpridas

Em 31 de março de 2021, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Controladora e Consolidado
2024	296.640
2025	235.173
2026	20.013
2027	79.995
2028	49.012
Após 2028	57.049
Total	737.882

15. Impostos e contribuições sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	-	-	2.316	260
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	-	-	4.737	4.111
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	-	2.713	2.304
Contribuições ao PIS e a COFINS (*)	19	27	65.222	57.855
Encargos Sociais	-	-	2.268	1.510
Imposto sobre serviços - ISS	-	-	801	323
Tributos retidos na Fonte (IRRF/PIS/COFINS/CSLL)	10	3	353	406
Outros	31	-	173	-
Total	60	30	78.583	66.769
Circulante	60	30	29.245	14.957
Não circulante	-	-	49.338	51.812

(*) PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre o Ativo Contratual constituído, a serem recolhidos na proporção do recebimento da RAP.

16. Patrimônio líquido

16.1 Capital Social

O capital social é de R\$32.706 (R\$32.706 em 31 de dezembro de 2020), representando 32.706.674 (32.706.674 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país.

Em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 28 de abril de 2020, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$50, mediante a emissão de 50.000 novas ações ordinárias sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 por ação, passando o capital social da Companhia de R\$32.656 para R\$32.706. As ações foram integralmente subscritas e integralizadas pela acionista Energisa S/A mediante a capitalização do saldo de adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC da Energisa S/A registrados até 2019.

16.2 Reserva de Capital

	31/03/2021	31/12/2020
Ganho/Perda com investimentos	27.855	27.855
Programa de remuneração variável (ILP) (*)	267	233
Total	28.122	28.088

(*) Implementação do programa de remuneração variável, através de concessão de ações, denominada (Incentivo de Longo Prazo) vide nota explicativa nº 8.

17. Receita operacional-consolidada

Descrição	Consolidado	
	31/03/2021	31/03/2020 (reclassificado)
Receita de construção da infraestrutura	114.142	72.231
Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura	(57.119)	(42.394)
Receita das margens da obrigação de performance da construção	84.293	66.609
Receita de operação e manutenção	2.904	469
Receita de remuneração do ativo de contrato	36.154	24.769
Outras receitas	881	-
Total de receita operacional bruta	181.255	121.684
Deduções da receita operacional		
Pis corrente	(9)	(2)
Pis diferido	(1.442)	(894)
Cofins corrente	(6.648)	(4.127)
Cofins diferido	(41)	(9)
Programa de Desenvolvimento Energético (P&D)	(236)	(20)
Taxa de fiscalização	(53)	-
Dedução da receita	(8.429)	(5.052)
Receita operacional líquida	172.826	116.632

18. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Consolidado			
	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			31/03/2021	31/12/2020
Auto - Frota	23/10/2021	Até 1.110 / veículo	1	1
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/01/2023	1.944	8	7
Riscos Operacionais	13/03/2022	50.000	684	151
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2021	90.000	13	13
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2022	75.000	5	5
			711	177

(*) Importância Segurada relativa ao mês março/2021 e projeção de prêmio anualizado.

19. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	Controladora				
	Nível	31/03/2021		31/12/2020	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa		5.197	5.197	15	15
		<u>5.197</u>	<u>5.197</u>	<u>15</u>	<u>15</u>
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		126.093	126.093	97.240	97.240
Instrumentos financeiros derivativos	2	99.864	99.864	91.007	91.007
		<u>225.957</u>	<u>225.957</u>	<u>188.247</u>	<u>188.247</u>
Passivo					
Custo amortizado					
Fornecedores		6	6	-	-
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas.		920.101	920.142	609.540	608.276
		<u>920.107</u>	<u>920.148</u>	<u>609.540</u>	<u>608.276</u>
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	5.007	5.007	2.655	2.655
		<u>5.007</u>	<u>5.007</u>	<u>2.655</u>	<u>2.655</u>

	Consolidado				
	Nível	31/03/2021		31/12/2020	
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa		36.558	36.558	631	631
Contas a receber		7.480	7.480	10.288	10.288
		<u>44.038</u>	<u>44.038</u>	<u>10.919</u>	<u>10.919</u>
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	183.957	183.957	147.761	147.761
Instrumentos financeiros derivativos	2	99.864	99.864	91.007	91.007
		<u>283.821</u>	<u>283.821</u>	<u>238.768</u>	<u>238.768</u>
Passivo					
Custo amortizado					
Fornecedores		34.161	34.161	35.804	35.804
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		1.265.872	1.265.913	849.813	848.549
		<u>1.300.033</u>	<u>1.300.074</u>	<u>885.617</u>	<u>884.353</u>
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	5.007	5.007	2.655	2.655
		<u>5.007</u>	<u>5.007</u>	<u>2.655</u>	<u>2.655</u>

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação cambial além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a

preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de “hedge”) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como “hedge accounting”. Em 31 de março de 2021 as operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de “hedge”) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI designadas como “hedge accounting” assim como as dívidas (objeto do “hedge”) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de “hedge” a Companhia documentou: (i) a relação de “hedge”; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o “hedge” e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do “hedge”.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como “hedge” foi impactado positivamente em R\$18.626 (R\$15.741 em 31 de março de 2020) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado do período.

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no período, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o período, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R\$1.033 (R\$806 em 31 de março de 2020) e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia não possuía avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição em 31 de março de 2021. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo.

Incertezas

Os valores foram estimados na data das informações trimestrais, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível no web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas

regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a *performance* orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final do período findo de 31 de março de 2021 são como segue:

	Controladora	
	31/03/2021	31/12/2020
Dívida - Empréstimos financiamentos e debêntures	920.101	609.540
Caixa e equivalentes de caixa	(5.197)	(15)
Dívida líquida	914.904	609.525
Patrimônio líquido	567.467	523.866
Índice de endividamento - líquido	1,60	1,16

	Consolidado	
	31/03/2021	31/12/2020
Dívida - Empréstimos financiamentos e debêntures	1.265.872	849.813
Caixa e equivalentes de caixa	(36.558)	(631)
Dívida líquida	1.229.314	849.182
Patrimônio líquido	567.467	523.866
Índice de endividamento - líquido	2,17	1,62

a) Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Controladora						
	Taxa média de juros efetiva ponderada (%meses)	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		6	-	-	-	-	6
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	0,76%	11.397	28.593	315.871	579.779	259.503	1.195.143
Instrumentos Financeiros Derivativos		(99)	855	(36.701)	(44.251)	(14.661)	(94.857)
Total		11.304	29.448	279.170	535.528	244.842	1.100.292

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Consolidado					Total
		Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Fornecedores		34.161	-	-	-	-	34.161
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	5,58%	26.077	38.527	359.883	678.708	639.868	1.743.063
Instrumentos Financeiros Derivativos		(99)	855	(36.701)	(44.251)	(14.661)	(94.857)
Total		60.139	39.382	323.182	634.457	625.207	1.682.367

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia e suas controladas enfrentarem dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia e suas controladas monitoram o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais Instalações de Transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. As controladas são remuneradas pela disponibilização do sistema de transmissão e eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O recebimento da parcela de indenização das instalações referente ao SE representa importante fonte de geração de caixa para a Companhia e controladas conseguirem cumprir seu planejamento financeiro para os próximos períodos.

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” do Grupo Energisa. Constituído pela controladora no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do Grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme apresentado abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2021	31/12/2020	31/03/2021	31/12/2020
Ativos					
Caixa e equivalente de caixa	5	5.197	15	36.558	631
Contas a receber	6	-	-	7.480	10.288
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	126.093	97.240	183.957	147.761
Instrumentos financeiros derivativos	19	99.864	91.007	99.864	91.007

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Os empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº13, é composta de financiamentos obtidos junto instituições através de emissões no do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos *swaps* dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 31 de março de 2021 com alta de 9,63% sobre 31 de dezembro de 2020, cotado a R\$5,6973/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de março de 2021 era de 20,21%, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de 12,14%.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia e suas controladas no período findo em 31 de março de 2021 excluídos os efeitos dos custos a apropriar, montam em R\$1.276.202 (R\$859.127 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$176.517 estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 13 e 14.

As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

O empréstimo em dólar norte americano tem vencimento de longo prazo (vencimento em fevereiro de 2023) e custo máximo de 0,60% ao ano mais *libor*.

No balanço patrimonial de 31 de março de 2021 a marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar se apresentam conforme segue:

Controladora e consolidado	31/03/2021	31/12/2020
Ativo circulante	4.251	6.687
Ativo não circulante	95.613	84.320
Passivo Circulante	5.007	2.655

Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de “*hedge*” e não reflete a expectativa da Administração.

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. A proteção acima está dividida nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Citibank	31.314	(LIBOR + 0,60%) x 117,65%	CDI + 0,65%	13/02/2023	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao “Notional” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Santander x ETE	75.500	IPCA + 4,92%	104,25% CDI	15/12/2025	Fair Value Hedge
Santander x ETE	51.462	IPCA + 5,14%	105,15% CDI	15/12/2028	Fair Value Hedge
Santander x ETE	123.038	IPCA + 4,98%	104,50% CDI	15/12/2025	Fair Value Hedge

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa pré-fixada dos empréstimos como “hedge” de valor justo (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2021	31/12/2020		31/03/2021	31/12/2020
Dívida (Objeto de Hedge) *	250.000	250.000	Taxa Pré-Fixada	(303.122)	(312.093)
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	303.122	312.093
Swap de Juros (Instrumento de Hedge)	250.000	250.000	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(251.451)	(250.195)
			Posição Líquida Swap	51.671	61.898
			Posição Líquida Dívida + Swap	(251.451)	(250.195)

(*) Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2021	31/12/2020		31/03/2021	31/12/2020
Dívida designada para “Fair Value Option”	135.000	135.000	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(178.611)	(161.888)
			Posição Ativa		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	178.611	161.888
Swap Cambial (Derivativo)	135.000	135.000	Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(135.425)	(135.434)
			Posição Líquida Swap	43.186	26.454
			Posição Líquida Dívida + Swap	(135.425)	(135.434)

O valor justo dos derivativos contratados em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº13 e 14 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia e suas controladas não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia e suas controladas foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de *Black & Scholes*, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia e suas controladas realizaram análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial no período findo em 31 de março de 2021, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras intermediárias futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	135.000	Variação cambial	166.258	129.420	92.582
Varição Dívida	-		31.258	(5.580)	(42.418)
Swap Cambial					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros	178.611		147.353	184.191	221.029
Varição - USD e LIBOR	-		(31258)	5.580	42.418
Posição Passiva	(135.425)		(135.425)	(135.425)	(135.425)
Instrumentos Financeiros					
Subtotal	43.186	Variação cambial	11.928	48.766	85.604
Total Líquido	178.186		178.186	178.186	178.186

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para o período findo em 31 de março de 2021, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R\$178.186, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, e em função da Companhia não possuir atualmente limitadores, levaria a valor presente negativo de R\$178.186 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de março de 2021, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras intermediárias futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - IPCA	250.000	Alta do CDI	250.000	250.000	250.000
Swap de Juros					
Posição Ativa	303.122		303.122	303.122	303.122
Instrumentos Financeiros					
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros	(251.451)		(251.451)	(273.198)	(294.841)
Varição - CDI + TJLP			-	(21.747)	(43.390)
Subtotal	51.671	Alta do CDI	51.671	29.924	8.281
Total Líquido	301.671		301.671	279.924	258.281

(*) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de março de 2021 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (IPCA = 2,05%) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	147.796	Alta CDI	5.424	6.780	8.136
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(135.425)	Alta CDI	(4.970)	(6.213)	(7.455)
	(300.515)	Alta CDI	(11.029)	(13.786)	(16.544)
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(799.170)	Alta IPCA	(16.383)	(20.479)	(24.575)
Subtotal (**)	(1.235.110)		(32.382)	(40.478)	(48.574)
Total - (Perdas)	(1.087.314)		(26.958)	(33.698)	(40.438)

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2021 (3,67% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de março de 2021 e IPCA 2,05% ao ano.

(**) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$41.092.

Gerenciamento dos riscos de liquidez

O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais Instalações de Transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. As controladas são remuneradas pela disponibilização do sistema de transmissão e eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O recebimento da parcela de indenização das instalações referente ao SE representa importante fonte de geração de caixa para a Companhia e controladas conseguirem cumprir seu planejamento financeiro para os próximos exercícios.

20. Lucro por ação básico e diluído

	31/03/2021	31/03/2020
Lucro líquido do período	43.567	34.155
Média ponderada em milhares de ações ordinárias	32.707	32.657
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$ (*)	1,33	1,05

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

21. Benefícios pós-emprego - consolidado

a) Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora do plano de benefícios previdenciários aos seus empregados. O plano é administrado pela EnergisaPrev, de modalidade de contribuição definida, aberto ao ingresso de novos participantes.

No período findo em 31 de março de 2021, as despesas de patrocínio dos planos foram de R\$18.

b) Plano de saúde

As controladas EGO I e EPA I, mantêm benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados e pensionistas e seus dependentes legais. As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas seguradas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação do seguro, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado.

As controladas participam do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98).

No período findo em 31 de março de 2021 as despesas com o plano de saúde foram de R\$21 (R\$19 em 31 de março de 2020) no consolidado.

22. Informações adicionais aos fluxos de caixa - consolidado

Em 31 de março de 2021, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa consolidado da Companhia, referentes à combinação de negócios, são como seguem:

	31/03/2021	31/12/2020
Outras transações não caixa		
Remuneração do ativo de contrato da concessão	396.236	487.571
Atividades Operacionais		
Aquisição de infraestrutura fornecedores a prazo	8.044	2.161
Atividades de Investimentos		
Aquisição de infraestrutura em curso a prazo	8.044	2.161

23. Eventos subsequentes

Antecipação de dividendos do exercício de 2021 - Controladas

O Conselho de Administração das transmissoras abaixo aprovou em 13 de maio de 2021, a distribuição de dividendos intercalares apurados com base no balanço patrimonial das controladas de 31 de março de 2021, conforme segue:

Controladas	Valor dividendos	Valor por ação (R\$)	Data pagamento
Energisa Para I	2.255	0,0147757991 ON	A partir de 14 de maio de 2021
Energisa Goiás I	2.548	0,0181446481 ON	A partir de 14 de maio de 2021
Distribuição com base em reservas especial de dividendos			
Energisa Para I	2.559	0,0167715567 ON	A partir de 14 de maio de 2021
Energisa Goiás I	3.634	0,0258796948 ON	A partir de 14 de maio de 2021

Conselho de Administração

Ivan Müller Botelho
Conselheiro

Ricardo Perez Botelho
Conselheiro

Marcelo Silveira da Rocha
Conselheiro

Diretoria Executiva

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores

Alexandre Nogueira Ferreira
Diretor sem designação específica

Vicente Cortes de Carvalho
Contador
CRC-MG 042523/O-7

Relatório do auditor independente sobre as informações financeiras trimestrais

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Transmissão de Energia S/A
Cataguases - MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Energisa Transmissão de Energia S/A (“Companhia”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 2.3, em decorrência da evidenciação da receita de remuneração em linha específica, na demonstração do resultado, os valores correspondentes referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2020, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das

informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6

Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contadora CRC - 1RJ 101.080/O-0